



Notas para um debate sobre políticas públicas de cultura e projeto nacional

Pedro Tierra*

Resumo – Neste texto, contribui-se para o debate em torno das políticas públicas de cultura. Ainda são raros os casos em que a cultura é compreendida como um processo que, ao trabalhar os valores simbólicos da tradição e da invenção, organiza o imaginário, confere identidade, sentido e perspectiva aos saberes e fazeres de determinada comunidade local ou nacional. A cultura é fator constitutivo de um novo projeto nacional que inclua, simultaneamente e de maneira conjugada, o equacionamento de problemas vinculados às questões social e democrática e que seja compatível com as demandas do século XXI.

Palavras-chave: cultura; projeto nacional; MinC; políticas públicas; educação.

A cultura na pauta do país

A cultura não se reduz à política. Seria um equívoco imaginar que a cultura é mero instrumento da ação política. Mas não há uma política universal que não mobilize valores culturais. A cultura é um momento fundamental da grande política (...).

Carlos Nelson Coutinho¹

Penso que essa reflexão de Carlos Nelson Coutinho deveria ser enviada a toda tecnocracia que toma decisões sobre gestão orçamentária e afixada em todos os murais dos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Em certos momentos da campanha de 2002, o tema cultura chegou a migrar dos cadernos de cultura dos jornais para as editorias políticas, o que não é usual no Brasil, um país que – à direita e à esquerda – percebe este assunto como ornamento ou como matéria de coluna social. Mais recentemente, a sociedade e o Estado vêm ensaiando uma percepção da cultura como espetáculo e, a partir desse entendimento, estabelecem sua relação com o fazer político. Setores mais especializados – os produtores culturais, os diretores de *marketing* das empresas, os gestores de políticas públicas de cultura e essa criação contemporânea engendrada pela economia neoliberal, os captadores de recursos – tratam-na, desde

* Poeta e Presidente da Fundação Perseu Abramo. E-mail: hamiltonpereira@fpabramo.org.br



algum tempo, como entretenimento, em sintonia com os padrões da indústria cultural.

Mas, ainda são raros os casos em que a cultura é compreendida – sem obscurecer sua considerável dimensão econômica e social no mundo contemporâneo – como um processo que, ao trabalhar os valores simbólicos da tradição e da invenção, organiza o imaginário, confere identidade, sentido e perspectiva aos saberes e fazeres de determinada comunidade local ou nacional. Fator constitutivo, portanto, de um novo projeto de país que incluía, simultaneamente e de maneira conjugada, o equacionamento e a resolução da questão social e da questão democrática no âmbito de um projeto nacional compatível com o século XXI.

Durante os anos noventa, aquela noção de cultura como *processo* foi soterrada pela dinâmica da indústria cultural e pela adesão do governo FHC ao ideário que, em última análise, substituiu a idéia de país, de comunidade nacional, pela noção de mercado. No que diz respeito às políticas de cultura, a adesão ficou expressa na cartilha do MinC, intitulada *Cultura é um bom negócio*, com que o Ministro Weffort iniciou sua gestão em 1995.

Os fios que já tecemos

Para dar curso ao debate deste, como de outros temas com que a sociedade brasileira deverá se ocupar nos próximos meses, é necessário trazer de volta à mesa o que acumulamos de reflexão durante os anos oitenta e

noventa, o que se organizou em políticas públicas, a partir das experiências administrativas em municípios e Estados governados por partidos ou frentes de esquerda e pelos dois anos e meio de presença à frente do governo federal. É necessário, mas não é suficiente. São outras as dimensões do desafio. Não me refiro aqui a quantidades. Não basta somarmos e darmos coerência discursiva às experiências locais e regionais para obtermos o desenho adequado ao conjunto de políticas públicas de cultura para o Brasil. Refiro-me ao desafio de pensar culturalmente o país, reconhecendo-o como um território de contornos definidos e estáveis; com uma história comum e com um poderoso meio de unificação de objetivos, de sonhos, de destinos: a língua portuguesa. A partir daí, propor caminhos concretos que permitam o reencontro do Brasil com o espírito criador do seu povo. E convertê-los em ações práticas de governo. Afinal, foi para isso que a população elegeu maciçamente Lula para governar. Para converter os sonhos de ontem no *Diário Oficial* de amanhã.

O país amanhece no século XXI dilacerado pela concentração de renda, pela exclusão social e por uma cultura da violência – que se generalizou como método de resolução das graves contradições a que foi conduzido nas duas últimas décadas. A concentração de renda e a exclusão social se exprimem na exclusão cultural de vastas camadas da população entregues ao mercado das grandes cadeias de entretenimento com os níveis de degradação que todos conhecemos.



A questão democrática no Brasil permanece como problema: as elites nacionais revelaram-se incapazes de pôr em prática a universalidade da noção e do exercício da cidadania. Proclamamos a República, mas, passado mais de um século, não a construímos inteiramente. Não foi incorporada à cultura política dos brasileiros a idéia republicana. Essa idéia que, ao longo de duzentos anos, foi-se materializando em alguns países na garantia universal de educação pública, informação, moradia, transporte, saúde pública, previdência pública e políticas públicas de cultura.

Por imposição das lutas políticas imediatas, durante o último quarto de século, as esquerdas brasileiras focaram seu esforço teórico e político na questão democrática e na questão social. A questão nacional permaneceu na sombra. A partir de 1989, entretanto, a questão nacional recupera sua importância na agenda em diferentes países do mundo e desafia com novas faces e novas dinâmicas o exame e a elaboração crítica das esquerdas. De certa forma, empresta novos sentidos às duas questões anteriores, ao trazê-las para a mesa do debate contemporâneo.

A discussão ocorre num mundo em que o capital financeiro desconhece as fronteiras nacionais; os imperialismos tradicionais, tal como os conhecíamos nos séculos XIX e XX, evoluiu para constituir-se numa formação imperial, unipolar que não encontra opositores nos campos econômicos, tecnológico, político e bélico. Além disso, ela se dá sob bombardeio de

saturação dos valores, referências e símbolos do império que vão produzindo em larga escala a dissolução das identidades culturais soterradas pelos escombros das demolições das culturas históricas, tradicionais.

No que se refere ao Brasil, o esforço para realizarmos esta discussão, nos remete de modo inevitável para a multiplicidade das raízes étnico-culturais, para uma cultura de colonizados, incontornável numa formação social recente, como a nossa, tributária dos modelos europeus e mais recentemente norte-americanos e, por fim, para a necessidade de produzir uma síntese que preserve nossa fisionomia e nos permita uma inserção autônoma e afirmativa no mundo da cultura contemporânea.

O lugar da cultura no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Governo e sociedade empenhados na formulação de um novo projeto nacional devem afastar-se da noção de cultura como ornamento, como espetáculo e partir de uma compreensão contemporânea das potencialidades da produção e difusão cultural no equacionamento dos grandes desafios do país. E examiná-las como um mecanismo eficaz, ao lado de outras políticas – particularmente as políticas educacionais e de comunicação – para enfrentar nossas graves distorções sociais, econômicas, políticas e culturais.

O ponto de partida é distinguirmos a produção cultural capaz de gerar ativos econômicos,



independentemente de sua origem, suporte ou escala, da lógica da indústria de entretenimento. A atividade cultural capaz de gerar ativos econômicos, sem compromissos com a escala industrial nem com o patamar de lucros proporcionados pelo mercado é aquela que nasce nas comunidades brasileiras com as festas populares, nos barracões das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, nos blocos carnavalescos do Recife e Salvador, no Boi de Parintins ou com o artesanato do Vale do Jequitinhonha, com a renda de bilros e o barro dos anônimos “Vitalinos” do Nordeste, com os brinquedos de Miriti de Abaetetuba, vendidos durante o Círio de Nazaré.

A essas duas vertentes – a indústria de entretenimento e a produção e difusão das festas populares e de objetos artesanais – é que designamos no documento “A Imaginação a Serviço do Brasil”, debatido em diferentes regiões do país durante a campanha presidencial de 2002, como economia da cultura. A definição de um conjunto de políticas públicas de cultura, portanto, deve contemplar as especificidades de cada uma dessas dinâmicas e os impactos econômicos, sociais e culturais que delas resultam. Contemplar a economia da cultura significa para o gestor da política pública de cultura sofisticar sua percepção para o fato de que essas culturas exigem reconhecimento das agências de governo, “não apenas como ferramenta de auto-estima ou como símbolo folclórico, mas como alternativa inteligente para gerar bônus econômicos, distribuição de renda e desenvolvimento sustentável”.²

Levar este debate para o âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é definir um lugar para dar tratamento dialogado às políticas públicas de cultura no governo democrático e popular. Para além do recorte específico do Ministério da Cultura que, durante o longo, demasiadamente longo, período Fernando Henrique permaneceu insulado na esplanada e incapaz de estabelecer uma sinergia com os demais organismos de governo. Trata-se agora de conferir às políticas públicas de cultura o peso e a densidade que o novo projeto nacional demanda:

Reconhecer esse espaço estratégico de ação do Estado é abrir o campo de oportunidades das políticas culturais ao desafio da inversão das prioridades e do enfrentamento à desigualdade social e à concentração de renda, partindo de uma renovação do conceito clássico de cidadania, que opera pela lógica do direito à igualdade, para assegurar a noção contemporânea do direito às diferenças no plano político de ação do Estado.³

O processo cultural, portanto, deve ser encarado pelo gestor das políticas econômicas e do planejamento do Estado como um fenômeno cultural, econômico e político, complexo e diferenciado das atividades econômicas “normais”. E como tal deve ser tratado no momento das decisões políticas e administrativas como nas recentes medidas de contingenciamento orçamentário que imobilizaram o MinC pela



absoluta ausência de recursos. O tratamento diferenciado das políticas públicas de cultura, mais do que uma tendência já é prática corrente de muitos países desenvolvidos, quando se trata de negociações no âmbito OMC, por meio dos mecanismos de exceção cultural.

A educação é o braço organizado da cultura

É pouco provável que venha a vingar um projeto cultural consistente no Brasil se não formos capazes de articular as políticas públicas de cultura com as políticas educacionais pensando no imediato, no médio e longo prazo. Para que tal articulação se torne possível cumpre redefinir as responsabilidades do poder público no que diz respeito à informação e formação das novas gerações de brasileiros. Se entendermos a escola como espaço de produção e reprodução do conhecimento acumulado e da pesquisa; dos valores éticos, culturais e históricos de um povo é preciso estabelecer com coragem uma agenda de debate sobre as políticas educacionais e culturais do Brasil à luz da idéia republicana e de um novo projeto nacional que evaporaram durante o consulado de Fernando Henrique Cardoso.

Uma nação que se preza não entrega ao mercado a formação de sua juventude e a transmissão dos seus valores éticos ensinados e aprendidos ao longo da história. Não é aceitável, portanto, que o Estado abdique de suas responsabilidades como instituição republicana

e democrática na coordenação dos processos educacionais e culturais. Traduzindo: se, no governo democrático e popular, o Estado não coordena suas políticas educacionais, culturais, ambientais e de comunicação apontadas para a formação de sua juventude e afirmação do novo projeto nacional estará se condenando à inépcia e ao conservadorismo. O mercado não fará por ele. Ao mercado, como ficou demonstrado na última década, não interessa a afirmação de projeto nacional algum. Seja novo, seja velho.

Não há dúvida de que a rede de maior capilaridade constituída no país é a rede escolar. Tanto é verdade que o sistema acabou sendo sobrecarregado de atribuições. De abrigo utilizado pela defesa civil até a vacinação de cachorros tudo passa pela escola. O que talvez não seja um mal, desde que ela não perca sua função primeira: produzir e reproduzir o conhecimento. O problema não reside na utilização da escola – afinal um espaço físico e humano construído e conceituado pelos cidadãos contribuintes – para a prestação de serviços públicos dessa ou daquela natureza, mas na subtração do espaço escolar compreendido como lugar de ensino e aprendizagem, reduzido a posto de distribuição de merenda, ineficaz para alfabetizar, ensinar as quatro operações, noções de geografia e história, atendido por professores desestimulados pelos salários baixos e pela falta de oportunidade de reciclar-se e aprimorar-se.

Quem fala de escola no Brasil não pode deixar de falar de crise da escola. Não haverá



espaço aqui para identificar raízes, causas e as múltiplas faces de como ela se expressa, desejo indicar apenas uma que, julgo, poderá ser útil para essa discussão: a escola como espaço de produção e reprodução do conhecimento e dos valores éticos e históricos da sociedade brasileira e suas relações com os meios de comunicação de massa. Esse mecanismo dotado de tecnologias modernas de difusão, forma valores, juízos e comportamentos, competindo com a escola diante do olhar indiferente de um Estado que se furta a assumir suas responsabilidades como instituição republicana.

Se não há dúvidas quanto à gravidade da crise da escola no Brasil, é verdade também que se impõe um esforço intelectual e político para desvendar o enorme potencial que a escola abriga para oferecer soluções para as grandes crises que atravessam a sociedade brasileira. Destaco um desses elementos, o mais óbvio: o sistema educacional como lugar privilegiado para dialogar com a juventude. Uma juventude que vive em extensão e intensidade um drama desconhecido pelas gerações precedentes: não encontra seu lugar num país que lhe nega o primeiro emprego; que estimula o consumo, mas lhe retira os meios para realizá-lo; que, no campo, lhe nega a terra e oferece a tropa de choque quando ousa ocupar a terra ociosa e, na cidade, ao lhe negar oportunidades de trabalho e realização individual e como cidadãos, acaba por conduzi-la à ante-sala de recrutamento das milícias do narcotráfico.

Cumprir ao Estado reconhecer o jovem como um dos sujeitos das políticas públicas de educação e cultura, interlocutor que perpassa a todas elas e, a partir daí, redefinir os termos do diálogo entre ele e o sistema escolar. Haverá muitas portas para abrir este diálogo. Não há dúvida, porém, que uma delas – entre as de alcance mais profundo – será a da cultura. Traduzir esta constatação em programas concretos é o desafio para uma juventude que tem pressa e para um país que tem pressa.

Introduzir o elemento estético da cultura brasileira na corrente sanguínea da transmissão do conhecimento que é a escola. Desencadear um processo que produza o reencontro dos artistas brasileiros eruditos e populares com a juventude via circuitos escolares; realizar festivais da juventude que conjuguem arte e pensamento, o espetáculo e a reflexão sobre o país e o mundo de modo a converter a escola num lugar habitável, atraente para jovens e professores. Qualificar, quantificar e estabelecer um calendário de metas que o Estado como instituição democrática e republicana possa cumprir, em parceria com a sociedade, particularmente com as organizações juvenis.

Cultura e comunicação

Somos herdeiros de uma imensa dívida informativo-cultural com o nosso povo. O vasto aparato de telecomunicações que herdamos da ditadura militar (1964–1985) foi concebido naqueles anos, apoiado nas tecnologias mais



modernas disponíveis na época, como uma eficiente rede de integração nacional e um não menos eficiente sistema de controle social. Não respondeu à formação de cidadãos livres. Não era seu propósito.

Essa matriz evoluiu ganhando complexidade nos anos mais recentes, de um lado pela conjugação das telecomunicações com os meios de comunicação de massas e com a informática, de outro, na dimensão propriamente política: as elites liberais à frente da democracia representativa que entrou em cena com a Nova República apoderaram-se daquele complexo e, sem modificá-lo substancialmente, deram-lhe funcionalidade para a nova etapa de disputas políticas que se abria no Brasil.

Num país de instituições frágeis e de partidos políticos mais frágeis ainda, o poderoso complexo de comunicação de massas – sobretudo a TV – foi posto em movimento a partir da credibilidade construída diante da sociedade e passou a atuar diariamente não apenas como indutor de hábitos de consumo, mas também, aqui e ali, como condutor das opções políticas do cidadão.

Não avançaremos sem resgatar aquela dívida informativo-cultural com o nosso povo, sem resolver esse capítulo essencial da crise brasileira: a democratização dos meios de comunicação. Desse modo, para retornar ao desafio

de manter a cultura na pauta do país, será útil organizar uma agenda que inclua: a revisão drástica das leis de incentivo fiscal, entre outras razões, para que elas voltem a cumprir os objetivos para os quais foram criadas; preparar a transição para novas formas de financiamento da cultura via fundos públicos e dotação orçamentária. Não tem cabimento o contribuinte brasileiro financiar a árvore de natal do Brasdesco na Lagoa Rodrigo de Freitas, espetáculos da Broadway e construção do Museu Guggenheim no Rio; consolidar a Ancine, no âmbito do Ministério da Cultura, devolvendo sua concepção original, considerando o caráter estratégico da produção e difusão do audiovisual para a formação do imaginário cultural do Brasil; debater e aprovar uma legislação contemporânea sobre direito autoral e, além de outras pertinentes, as questões brevemente exploradas neste texto: as relações entre as políticas públicas de cultura com as políticas educacionais e de comunicação.

Recuperar o laço solidário entre os criadores de arte e o povo brasileiro por meio de ações políticas concretas. Para que possamos construir o lastro necessário para cobrar, tal como o Presidente da República pediu aos artistas durante sua campanha: ou o governo Lula produzirá transformações culturais profundas ou não produzirá transformação alguma.



Abstract – *This text contributes to the debate on public cultural policies. They're still rare the cases where culture is regarded as a process, whose operation on the symbolic values of tradition and invention, organizes a people's imaginary order, ascribes identity, meaning, and perspective to knowledges and practices of either a local or a national culture. Culture is an integrating factor of a new social project inclusive of social and democratic-related issues. It should be approached in a simultaneous and conjugated problem-solving way to meet the demands of the twenty-first century.*

Keywords: *culture; national project; Culture Ministry; public policies; education.*

Resumen – *En este artículo, se aportan elementos al debate en torno a las políticas públicas de cultura. Aún son escasos los casos en que se comprende la cultura como un proceso que, al ocuparse de los valores simbólicos de la tradición y de la invención, organiza el imaginario, confiere identidad, sentido y perspectiva a los conocimientos y quehaceres de determinada comunidad local o nacional. La cultura es elemento constitutivo de un nuevo proyecto nacional que incluya, simultáneamente y de manera conjugada, la resolución de problemas vinculados a las cuestiones social y democrática y que sea compatible con las demandas del siglo XXI.*

Palabras-clave: *cultura; proyecto nacional; MinC; políticas públicas; educación.*

Notas

¹ Entrevista à *Teoria & Debate*, n. 51. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jun-ago. 2002, p.56.

² A imaginação a serviço do Brasil. Programa de Cultura da Campanha Lula Presidente, 2002, p.12.

³ Idem, p.13.